

Aquilo que é Mais Forte

A encíclica “Caridade em Verdade” tem de ser entendida, genuinamente, como a preocupação de um Papa que olha o mundo, os seus efeitos na igreja, e os efeitos da igreja no mundo.

UMA CARTA NA CONSEQUÊNCIA

A encíclica “Caridade em Verdade” tem de ser entendida, como carta circular aos cristãos, sacerdotes ou leigos, e como anúncio a todos, no seguimento de outras reflexões importantes do Cardeal Josef Ratzinger, o Papa Bento XVI.

Tem de ser entendida, genuinamente, como a preocupação de um Papa que olha o mundo, os seus efeitos na igreja, e os efeitos da igreja no mundo. Tem de ser olhada, por exemplo, na senda – diríamos “existencialista” – de *Humani Generis Redemptionem*, de Bento XV, em 1917. Aí se reflectia sobre o paradoxo de, havendo cada vez mais padres, e cada vez mais pregadores, haver cada vez mais imoralidade, e cada vez menos influência da religião nos assuntos seculares.

Ou a doutrina era má, ou os proclamadores ineficientes, por falta de formação, ou de convicção.

OUTROS TEXTOS DA CORRENTE

“Caritas in Veritate” toca todos, a diversos níveis e formas, mas só é assim plenamente perceptível, tendo em conta a angústia, ou a paixão intelectual de Bento XVI, na descoberta das maneiras de divulgar a palavra ao mundo. E de divulgar, por trás da palavra, o credo. E por trás deste, a essência.

Nesta preocupação, a encíclica segue na correnteza de outros textos.

Por exemplo, do discurso impossível da universidade de La Sapienza. Ali queria realçar-se a formação universitária integral, e a complexidade de iniciativas como a de “um novo humanismo para o novo milénio”. A autonomia universitária, reflecte o Papa, mostra que a obrigação académica é só com a verdade.

Ratzinger explica no texto, em primeiro lugar, quem é.

Como bispo, ou “supervisor”, e “pastor”, é o que, de um ponto mais alto, vê o todo, e tenta organizar a comunidade.

Mas a comunidade cristã vive no mundo. Aliás, quanto

maior for, mais a sua grandeza ou decadência influenciará a totalidade humana. O pastor, o Papa, torna-se assim, por obrigação, mais um porta-voz do que o autor chama “razão ética da humanidade”.

Cita depois John Rawls, explicando que até este concede a necessidade de ouvir – concordando ou não – a razão “não pública” da Igreja, que não pode ser meramente arredada, por um preconceito racionalista secular externo. Esta “razão” sedimentou-se, entre outros planos, por uma espécie de demonstração histórica, ou de influência do (e sobre o) real.

E a universidade?

Essa aspira ao conhecimento, à verdade, à dissipação – na maneira socrática e noutras – das nuvens mitológicas, até à revelação da razão, da origem, da identidade, da criação. Mas, acrescenta Bento XVI, o mero conhecimento não chega, e pode até degenerar na tristeza detectada por Agostinho, Bispo de Hipona. É preciso apreender a noção do bem. Para os cristãos, Deus é o Bem, e podíamos até realçar, ironicamente, que a ligação inglesa entre “God” e “Good” é inescapável, com ou sem erros ortográficos.

Escalpelizando os vários saberes, da Medicina ao Direito, da Filosofia à Teologia, citando Jürgen Habermas e Tomás de Aquino, Bento XVI menciona aí a necessidade de ligar não só a teoria à prática, mas a preocupação com a verdade, inseparável da preocupação com a razão, acima da ponderação dos interesses passageiros, ou da utilidade.

Já no discurso, esse concretizado e de recepção tumultuosa, em Regensburg, a antiga Ratisbona, onde, como diz, falou mais como ex-professor do que como Pontífice, Bento XVI tocou o tema das relações entre fé e razão. É uma das suas reflexões favoritas, que parece entender como a resolução não só das perplexidades dentro da Igreja, como das incompreensões entre comunhões diferentes.

A ideia de que não há Deus que não se expresse pela razoabilidade, e que portanto não pode existir um Deus que fale através do excesso, do desequilíbrio, da injustiça, da opressão, causou polémica, porque usou, no argumentário, as palavras históricas de um diálogo, algo críptico, do século XIV, onde a desqualificação sofisticada do Islão, salientando paradoxos conhecidos, poderia parecer o próprio pensamento papal.

Curiosamente, não se referiu, na vaga crítica, que a principal aspiração do discurso académico era a de pregar ao ecumenismo em torno da adesão a princípios de razão e verdade, os únicos capazes de unir os diferentes crentes no mesmo bem, sem descartar as suas fés.

É também aqui que “Deus Caritas Est” se aproxima de “Caritas in Veritate”, ao explicar-se que a doutrina social da igreja, ligando fé e política, se baseia no “direito natural”



POR NUNO ROGEIRO

ANALISTA POLÍTICO



49

E não se disse que Bento XVI historiou longamente os efeitos da cisão entre fé e razão, no seio mesmo do Cristianismo, que conduziu a guerras de arguição religiosa particularmente longas, sangrentas e devastadoras. Tão longas, sangrentas e devastadoras que obrigaram a que a cidade de Münster, cansada do horror, colocasse, como lema municipal, *Pax Optima Rerum*.

OS TEMAS CENTRAIS DAS ENCÍCLICAS

“*Caritas in Veritate*” precisa também de ser vista na corrente das outras obras de autoridade deste papa.

Em “*Deus Caritas Est*”, a sua primeira Encíclica, pegando na famosa crítica de Nietzsche, sobre a pretensa demonização do amor, que teria sido perpetrada pela Cristandade, Bento XVI discorre sobre a necessidade de socorrer “eros”, de o purificar, de o tornar digno e eterno, de o libertar das grilhetas da exploração, da materialização, do comércio e da desumanidade.

Um segundo ponto prende-se com a indissociabilidade dos afectos: não há amor a Deus sem amor ao próximo. No sacrifício pelo vizinho estão as chagas de Cristo. E há depois a Caridade. Esta, na tradição, é a materialização verdadeira do amor, que reconcilia essência e existência, que dá sentido à vida, e rompe o véu do pessimismo original, e do absurdo moderno e pós-moderno.

É também aqui que “*Deus Caritas Est*” se aproxima de “*Caritas in Veritate*”, ao explicar-se que a doutrina social da igreja, ligando fé e política, se baseia no “direito natural”, isto é, na consideração da natureza primeira do homem. É esta base que lhe permite resolver um dilema: não podendo

substituir o estado, não pode ignorar a injustiça.

Já na carta encíclica “*In Spe Salvi*” há um retorno a um tema fundamental, que aparecia, por exemplo, nos textos doutrinários de Ratzinger, antes do pontificado: a reflexão sobre a qualidade salvadora da esperança.

Mas a esperança na Redenção, ensinada por Paulo, não é um mero aguardar por um desenlace, como se fôssemos espectadores de uma peça de teatro.

É um processo activo, uma espécie de batalha quotidiana (citaríamos, na literatura popular, o perturbante “*O Adversário*”, de Emmanuel Carrère), onde a fé “é a substância das coisas que esperamos, e a prova das coisas invisíveis”. Onde a esperança, mesmo contra todas as poderosas e falsas evidências, é “a entrada do futuro no presente”. Onde a paciência, a perseverança, a constância, a consciência, a integridade, o perdão mútuo, a renúncia, e, bem entendido, a coragem e a humildade, são chaves.

Nesta encíclica, Bento XVI pergunta também “O que é a Vida Eterna?”. E responde, resumindo que, sem a existência da graça, a eternidade seria um peso, e não uma bênção, como se diz no discurso fúnebre proferido por Santo Ambrósio.

Refere ainda que a fragilidade humana indica que não haverá nunca o governo perfeito neste mundo, ou a entrada definitiva e total do bem na política. Mas há – e haverá sempre – um dever de constante combate pelo aperfeiçoamento. O crente não deve abandonar-se na abstenção outro-mundista. Não deve desistir de lutar, ainda antes do fim dos tempos.

O que nos conduz em linha recta a “*Caridade na Verdade*”. E a um dos principais inspiradores da Encíclica.





DOSSIER AQUILO QUE É MAIS FORTE

Na primeira audiência papal, em 19 de Abril de 2005, Joseph Ratzinger explicou a sua ligação espiritual a Bento XV, o Papa desbravador do direito internacional público, da diplomacia apaziguadora, da mediação entre nações, da construção efectiva da paz, para além da minúcia formalista dos tratados. Disse então:

“Maravilhado e grato, quero explicar porque escolhi o nome Bento. Em primeiro lugar, lembro o Papa Bento XV, esse corajoso profeta da paz, que guiou a igreja pelos tempos turbulentos da guerra. Nas suas pegadas coloco o meu ministério, ao serviço da reconciliação e da harmonia entre os povos”.

OS PRESSUPOSTOS DE “CARITAS IN VERITATE”

Bento XV está também no cerne de “Caritas in Veritate”, como exemplo pressuposto. Mas não está só.

Revisitando, entre outras, a encíclica “Populorum Progressio”, de Paulo VI, Bento XVI interpreta a continuada crise planetária, dentro e fora das praças financeiras, assinala os males da injustiça social, nacional, regional, global, analisa a ameaça aos valores da pessoa, incluindo o da identidade e da liberdade de culto, lembra a perversão de ideologias e utopias, que desligam o desenvolvimento da sua dimensão humana (pessoal e comunitária), e propõe um novo caminho, com um novo plano de estrada. Este roteiro, claro, basear-se-á sempre na essência: caridade, amor e verdade. Caridade como amor e verdade, melhor dizendo.

Noutros tempos, anunciar-se-ia que este documento baseava uma “nova ordem mundial”. Mas o sucessor de Pedro, a ser um estratega, sê-lo-á sempre de uma Cidade de algu-

res, e não da urbe política imediata. Essa “nova ordem”, ou essa “coisa nova”, estará centrada na “economia” caritativa, lembrando-se o amor dado e recebido, como fundamento de todas as relações justas entre homens e nações.

“Caritas in Veritate” poderia ter-se limitado a lembrar que, face ao colapso dos sistemas comunistas (ou do que, no caixote do lixo da história, os representou), e às insuficiências e chagas dos sistemas capitalistas (ou do que por aí andou em seu nome), fica de pé, incólume, a “doutrina social” da Igreja. Essa doutrina que possui pilares, por exemplo, na Encíclica “Rerum Novarum”, de 1891, ou na celebratória “Centesimus Annus”, de 1991.

Lia-se na primeira encíclica, escrita no auge das refregas entre o materialismo capitalista e o materialismo marxista:

“Se, por necessidade ou receio de um mal maior, o trabalhador aceitar condições mais árduas, porque o empregador não lhe dará melhor, torna-se vítima da força ou da injustiça”.

E ainda

“Defraudar alguém dos seus salários devidos é um grande crime, que apela à vingadora fúria dos Céus”.

Estas ideias são continuadas por João Paulo II, na encíclica “Centésimo Ano”, ao realçar os deveres do estado na regulação, ao analisar a má distribuição de recursos, ao zurrir a falta de limites nas expectativas dos chamados agentes económicos, ao condenar a desumanização do trabalho e da vida.

Bento XVI poderia, como se disse, ter-se limitado a assinalar,





com base nestes escritos, e nas evidências do fim da Guerra Fria e da crise presente, a convergência entre doutrina social, falência ideológica, senso comum e aparente destino da humanidade.

Mas vai além dessa que seria uma espécie de declaração de triunfo, ou de remoção paternalista (do género “eu bem vos disse”), para propor a urgente reformulação do sistema internacional. Claro que Bento XVI não é o único a propor esta mudança, mas é uma voz autorizada da mesma.

AS “COISAS NOVAS” DE BENTO XVI

A ideia de “família de nações”, ínsita na encíclica, não será nova, mas é feliz. Não se trata nem de nova organização internacional, regional ou global, nem de pacto societário, nem de federação ou confederação, nem de liga ou aliança. Muito menos é um império, a monarquia global ou a república universal.

Trata-se aqui, outra vez nesse mundo de algures que nem sempre é capturado pela nossa evidência, de uma comunidade de irmãos verdadeiros. Uma família centrada no bem comum, mais do que uma transposição do mero poder tutelar dos pais, do mundo privado para o mundo público.

“Caritas in Veritate” explica ainda que a Igreja não propõe “soluções técnicas” específicas, nem para a crise económica, nem para as deficiências do sistema institucional presente. O que não quer dizer que não esteja atenta às discussões em torno desses temas.

Até porque muitos debates reflectem as preocupações pa-pais, mas noutra universo activo.

Veja-se que a ideia geral de concertação de nações, de forma mais equilibrada do que a da actual ONU, é apelo que, na ordem secular e sem “imprimatur” espiritual, tem levado às discussões internas sobre a reformulação da organização, quer através do alargamento do Conselho de Segurança aos novos mundos e às potências emergentes, quer através da suavização das desigualdades, realizadas, hoje em dia, na diferença da posse do voto.

Quanto à reforma da ONU, a procissão ainda vai no adro. O que para uns é uma estratégia de justiça equitativa ou distributiva, assemelha-se, para outros, a uma mera jogada geopolítica, de actualização do poder. Outras vozes acham que a mudança pode começar com um alargamento do actual G20, e com a institucionalização deste como “mini-ONU”, voltada para a intervenção rápida.

Ao lado dos planos de reforma institucional, há ainda, como sabemos, os mapas para a re-estruturação económica. Para já, é impossível ser proprietário da economia global. Esta é feita de muitos subsistemas, com regras próprias, mesmo tendo em conta que as regras de disciplina financeira, comercial e laboral são cada vez mais universais (com a acessão de vários estados às organizações internacionais reguladoras). O problema é que, ao lado dessa acessão, crescem fenómenos de flexibilização da aplicação das normas, de reclamação de situações ou estatutos de excepção, de não respeito pelo acordado, de divergências de interpretação, de contencioso, etc.

Por outro lado, a crise bancária levou a um movimento para recriar o sistema de Bretton Woods, com novos poderes, capacidades de alerta prévio, universalidade de actuação e meios suplementares. A concretizar-se plenamente, e com todas as consequências, o projecto traduziria uma primeira

“Caritas in Veritate” explica ainda que a Igreja não propõe “soluções técnicas” específicas, nem para a crise económica, nem para as deficiências do sistema institucional presente.

tentativa de disciplinar o sistema financeiro global, até ao detalhe, e com presunção de eficácia.

Claro que a Encíclica não discute estes caminhos do mundo dos notáveis, ou dos mais notados, mas reflecte sobre as bases morais e espirituais de qualquer reforma.

O documento papal refere a necessidade de uma nova “síntese humanista”, capaz de guiar pessoas de diferentes credos, nacionalidades, etnias, sociedades, tradições e projectos. Essa síntese fundamentar-se-á ainda, segundo Bento XVI, e outra vez, no valor da caridade. Este não nega a velha máxima de que cada nação define os seus critérios de justiça, através de leis e decretos, mas exprime a ideia de que a caridade é superior à transitória justiça dos arranjos políticos, e concretiza valores intemporais.

Uma “Comunidade (familiar) de Nações” refundada ou renascida, precisa de adoptar, na sua Carta constitucional, esses valores. Eles integram, por exemplo, a noção de um mundo com “deveres recíprocos”, apostado no “desenvolvimento integral” do homem (e não apenas no “progresso científico e tecnológico”, já que, como se dizia em “Spe Salvi”, “não é a ciência que redime o homem, mas o amor”), que tem de combater, antes de tudo, os desvalores da morte e da destruição.

A Encíclica, como se sabe, refere várias vezes, sem lamentações estereis, mas sem renunciar à denúncia da situação, o declínio dos valores individuais e colectivos, da ética empresarial e negocial, da moral que deveria inserir-se nos agentes de progresso material, da justiça que precisaria de guiar todos os subsistemas políticos, sociais e económicos.

O QUE É MAIS FORTE

“Caritas in Veritate”, para usar a orientação de Martin Fitzgerald, do Redfield College, de Sidney, propõe um projecto mais vasto do que o tríptico revolucionário francês, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”.

Preconiza: “Respeito, Participação, Solidariedade, Subsidiariedade, Bem Comum.”

E, acrescentaríamos, a pedra angular: Caridade.

Mais uma vez, e falando noutra codificação, diríamos que o esquecimento da caridade leva ao apagamento da humanidade.

Mas o brilho da caridade é o brilho do amor. E permitirá que esse amor reentre, mesmo através de portas fechadas. Porque, como diz Bento XVI, em “Spe Salvi”, o “ser humano precisa de um amor incondicional”.

Um amor indestrutível, como se lê nas Escrituras, que nada possa separar:

“Nem morte, nem vida, nem anjos, nem principados, nem coisas presentes, nem as coisas a vir, nem poderes, nem peso, nem profundidade, nem qualquer outra coisa na criação”. ●